



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0000900-41.2017.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito**
 Requerente: **AGNALDO ROCHA**
 Requerido: **DROGARIA SÃO PAULO S.A.**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação que tem origem em acidente de veículos.

As partes deixaram claro que não tinham interesse na produção de prova testemunhal (fls. 75 e 85), de sorte que o único elemento de convicção amealhado consiste no Boletim de Ocorrência de fls. 02/08.

Leciona sobre essa espécie de documento **CARLOS ROBERTO GONÇALVES** que *“a jurisprudência tem proclamado, reiteradamente, que o boletim de ocorrência, por ser elaborado por agente da autoridade, goza de presunção de veracidade do que nele se contém. Essa presunção não é absoluta mas relativa, isto é 'juris tantum'. Cede lugar, pois, quando infirmada por outros elementos constantes dos autos. Cumpre, pois, ao réu o ônus de elidi-la, produzindo prova em sentido contrário”* (“Responsabilidade Civil”, Ed. Saraiva, 10ª Ed., p. 871).


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

O Egrégio Tribunal de Justiça já se manifestou efetivamente acolhendo tal entendimento:

“AÇÃO DE COBRANÇA - CONTRATO DE SEGURO - REGRESSO DA SEGURADORA EM FACE DO CAUSADOR DO ACIDENTE - Perda total da carga segurada - Acidente ocasionado pelo veículo dos réus, que realizou manobra irregular objetivando ultrapassar o caminhão que se encontrava à sua frente - Responsabilidade dos réus bem escorada em boletim de ocorrência lavrado por policiais rodoviários federais, após a realização de diligências no local - Conclusão emitida pelos agentes do Estado que goza de presunção relativa de veracidade e não se confunde com as declarações unilaterais lançadas pelas partes - Precedente do Colendo Superior Tribunal de Justiça - Sentença mantida - Recurso não provido” (TJSP, Apel. nº 0004204-55.2011.8.26.0664, 19ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. MÁRIO DE OLIVEIRA, j. 10.11.2014 - grifei).

Assentada essa premissa, destaco de início que a preliminar de ilegitimidade passiva *ad causam* suscitada em contestação pela ré entrosa-se com o mérito da causa e como tal será apreciada.

O Boletim de Ocorrência trazido à colação, por outro lado, denota que o evento em pauta disse respeito a verdadeiro engavetamento entre seis veículos.

Nesse sentido, consta o reconhecimento de que ao menos quatro dos veículos envolvidos (inclusive o do autor – veículo 5 – e o da ré – veículo 3) estavam parados e que dois deles (veículos 1 e 6) não conseguiram frear.

Um desses últimos (veículo 1) atingiu um outro na traseira e com o impacto acabou abalroando o da ré; o outro (veículo 6) da mesma forma bateu contra a traseira do da ré.

Em consequência, o veículo da ré foi projetado para a frente e, com isso, colheu o do autor.

Tal dinâmica é própria de abalroamento sucessivo entre automóveis e deve ser tida como a sucedida na espécie, seja porque assim afirmou o Boletim de Ocorrência lavrado, seja porque nada faz supor o contrário.

A improcedência da ação é diante disso de rigor.

Nos termos dos artigos 186 e 927, ambos do Código Civil, o dever de indenizar surge da conduta culposa causadora de dano, mas na hipótese vertente não restou patenteada a culpa da ré.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

O motorista que conduzia seu veículo agiu da mesma maneira que o autor, detendo sua marcha, mas ao ser colhido na traseira o mesmo foi lançado à frente para atingir o do autor.

Não se entrevê, portanto, em que poderia ter consistido a responsabilidade da ré.

A jurisprudência já se orientou assim:

“ACIDENTE DE TRÂNSITO. Indenização. Teoria do Corpo Neutro. Aplicabilidade. Batida em sequência envolvendo três veículos. Em caso de engavetamento considera-se culpado o motorista que deu causa a todo o evento e não o motorista do veículo que imediatamente colidiu com que estava à sua frente, contra o qual foi projetado. Nessa hipótese, resta aos prejudicados demandarem diretamente contra o causador do fato. Assim sendo, não merece ser acolhido pedido formulado por um dos prejudicados contra o outro, uma vez que este não agira com culpa em qualquer das modalidades. Recurso desprovido” (TJSP, Ap. n. 0 012756-45.2011.8.26.0361, Rel. Des. **JÚLIO VIDAL** j. 28.05.2013).

No mesmo sentido: RT 794/295 e 508/90.

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que de algum modo pudessem concretamente levar à responsabilidade da ré, conduz à rejeição da pretensão deduzida não obstante se reconheça a gravidade do episódio.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 09 de junho de 2017.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA